

XXXIV Encuentro Arquisur.
XIX Congreso: “CIUDADES VULNERABLES. Proyecto o incertidumbre”

La Plata 16, 17 y 18 de septiembre.
Facultad de Arquitectura y Urbanismo – Universidad Nacional de La Plata

EJE: Enseñanza
Área 4 – Ciudad, territorio y paisaje. Gestión

**TERRITÓRIOS AUTOCONSTRUÍDOS:
OUTRAS MATERIALIDADES, OUTRAS HABITABILIDADES
INVESTIGACIÓN**

IDA MATILDE PELA

Docente da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia
Arquiteta Urbanista
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/ PPGAU/ UFBA
Rua Caetano Moura, 121, Federação. Salvador . Bahia . Brasil
CEP 40210-905. Tel: 055 71 3283 5882
Web: [http://www.arquitetura.ufba.br/
idapeli@iq.com.br](http://www.arquitetura.ufba.br/idapeli@iq.com.br)

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo pontuar algumas questões sobre os territórios autoconstruídos e a habitabilidade na autoconstrução. No momento de identificar precariedades e propor melhorias de habitabilidade, através da assistência técnica, os arquitetos urbanistas devem considerar os “modos de construir e morar” que caracterizam tais territórios. A afirmação corrente é de que essas habitações não respondem aos padrões arquitetônicos e índices urbanísticos vigentes pois são “outras” as “lógicas” de construir e vivenciar o espaço. A problematização abarca *saber disciplinar* do arquiteto e o *saber pessoas*, dos moradores para chegar ao empoderamento do *homem ordinário*. Reconhece-se suas “*maneiras de fazer*” por meio de *ações “táticas e desvios”*, como dispositivos para realizar a materialidade da autoconstrução. O rebatimento da discussão conceitual acontece na investigação de duas habitações, localizadas no território de Paraíso Azul, Salvador, Bahia, Brasil, em 2006 e 2014. Revela-se o enfrentamento da precariedade e comprova-se que houve melhoria da habitabilidade, mas essa ainda não responde às normas postas. Ao final, insinua-se ser necessário um *outro* tempo para se chegar a habitabilidade desejada, em contraponto ao tempo *próprio* de projeto e obra regidos pelo saber disciplinar do arquiteto.

**PALABRAS CLAVE: TERRITÓRIOS AUTOCONSTRUÍDOS, HABITAÇÃO,
HABITABILIDADE, SABER DAS PESSOAS**

INTRODUÇÃO

Neste artigo tenho por objetivo pontuar algumas questões sobre os territórios autoconstruídos e a habitabilidade na autoconstrução. Parto de uma *práxis* por muito tempo vivida para uma reflexão sobre este processo. Refiro-me aos onze anos que trabalhei com extensão e assistência no Escritório Público de Arquitetura e Engenharia da Universidade Salvador. Esta experiência é mote para a pesquisa que venho desenvolvendo no doutorado sobre autoconstrução e os *outros* saberes. Outros saberes que não os tão engendrados e

“aceitos” no lidar com as cidades brasileiras. Parto de meu *saber técnico-científico*, o *saber disciplinar* do arquiteto urbanista para dar luz, dar potência, por meio da crítica, ao *saber das pessoas*. O interesse é aprofundar teoricamente e conceitualmente os modos de construir, as maneiras de fazer de grande parte da população brasileira nas médias e grandes cidades do Brasil urbano - a autoconstrução. Pretendo revelar outras nuances da autoconstrução, que não seja apenas a afirmação corrente da maioria dos estudos sobre o tema, com algumas exceções, que é a materialização da pobreza. Evidentemente que essas afirmações são pertinentes dentro do olhar e do viés teórico-conceitual que lhe são próprias, que é o lugar da técnica, da ciência, e por vezes o lugar do poder saber hegemônico de arquitetos urbanistas. Assim, por vezes, o que denominamos aqui de territórios autoconstruídos, por outros autores vão ser nomeados de: “cidade periférica” (MARICATO, 2011); “cidade ilegal” (ROLNIK, 1997); “cidade informal” (GORDILHO-SOUZA, 2008); e de “favela” (JACQUES, 2001; VALLADARES, 2004; DAVIS, 2006).

No momento de identificar precariedades e propor melhorias de habitabilidade, por meio da assistência técnica nos projetos de intervenção nos territórios, os arquitetos urbanistas devem considerar os modos de construir e morar que caracterizam esses, não só das cidades brasileiras como também de cidades latino-americanas. A questão é que os arquitetos ao intervir por vezes ignoram, descartam a possibilidade de se deixar afetar por esses “outros” saberes. A afirmação corrente é de que estas moradias não estão dentro dos padrões e normas arquitetônicas e dos índices urbanísticos. O que parece, e muitos autores já constataram que são outras as “lógicas” de construir e vivenciar os territórios.

A autoconstrução é entendida aqui tanto como o “processo de construir, de autoconstruir” quanto a materialização desse. Essa que vai acontecer a partir do “saber fazer” do “homem ordinário” do(a) morador(a), proprietário(a) e não necessariamente somente ele, mas com a ajuda e participação de parentes, amigos e vizinhos e, também, pela contratação de serviços de pedreiros e mestres de obras. Como regra, *“as construções são realizadas sem qualquer espécie de assistência técnica, baseando-se nos conhecimentos acumulados empiricamente pelos moradores”* (MAGALHÃES, 2013, p.326). Há exceções, mas temos que admitir que a grande maioria não tem acesso ao saber técnico do arquiteto.

Então, o objetivo é investigar melhor esta habitação autoconstruída que, como é sabido, foi considerada por Jonh Turner, *“como solução e não como problema”*. No Brasil, o estudo pioneiro de “assistência técnica” por Carlos N. F. Santos, no Rio de Janeiro, no final da década de 1970, vai ver potência nos territórios “dos pobres” e nos modos de construir desses. Segundo o arquiteto: *“Os moradores mais pobres das favelas criaram suas expressões vernaculares, capricharam em gramáticas e sintaxes que desandaram a escrever de forma certa (dadas suas premissas e necessidades) nos lugares errados”*. Errados na perspectiva dos donos do poder, que reconheceram que não eram onipotentes no controle do discurso espacial urbano (SANTOS, 1982, p. 86). Segundo ele, os arquitetos teriam o papel de reforçar *“o poder criativo dos pobres e o de ajudar a empurrá-lo para cima e a impô-lo como inspirador básico de políticas. Teríamos de ajudá-los com os registros de memória e com os aparatos de legitimação que manejamos (...)”* (SANTOS, 1982, p.89).

Assim, no presente estudo, num primeiro momento, vou abordar alguns autores que problematizam os territórios autoconstruídos. Em seguida, busco o empoderamento do *outro*, o saber das pessoas por meio do conceito do *homem ordinário* de Michel de Certeau (2013) no reconhecimento de suas *“maneiras de fazer”*, e de como suas ações, por meio de *táticas e desvios*, materializam a moradia autoconstruída. Este “saber fazer” do homem ordinário vai ser entendido em suas práticas cotidianas para contribuir na investigação da materialidade e da habitabilidade na autoconstrução. A seguir, faço uma breve discussão sobre o conceito de habitabilidade e atualizo-o em duas habitações autoconstruídas, localizadas no território de Paraíso Azul I, na cidade de Salvador, no Estado da Bahia, Brasil. Por meio de cadastros, entrevistas e registro fotográfico realizados em 2006, material

este resultante do processo de assistência técnica do qual participei, comparo com a materialidade referente a atualização que fiz em 2014. Os resultados revelam o enfrentamento da precariedade com ampliações e reformas. O saber do *homem ordinário* revela-se na materialização de melhorias construtivas por táticas, que podem ser lidas como *desvios* da norma arquitetônica posta. Comprova-se que, depois de oito anos, houve melhoria da habitabilidade, mas essa ainda não responde aos parâmetros postos pelo saber disciplinar. Ao final, faz-se considerações sobre a autoconstrução e às possíveis “outras” habitabilidades tão almejadas pelo *saber disciplinar*, mas que na verdade se realizam pelo *saber das pessoas*.

TERRITÓRIOS AUTOCONSTRUÍDOS

Nos estudos sobre a “cidade periférica”, Ermínia Maricato (2011) salienta que a partir dos processos de urbanização de favelas, requalificação de áreas degradadas, regularização *“urbanística e fundiária, assistência jurídica gratuita e novas formas de segurança na posse do imóvel, construções individuais ou coletivas com assistência técnica de arquitetos e engenheiros (...) tem-se a necessidade de uma nova forma de pensar esse contexto”*, onde governos municipais vão exercitar algumas ideias que darão conta do lugar, em contraposição “as ideias fora do lugar” (MARICATO, 2011, p.101). E com certa cautela, Maricato diz que essas experiências poderão vir a ser uma possível “nova escola de urbanismo”, mas para isso é necessário “conhecer para resolver a cidade ilegal”. Se por um lado, “conhecer” e aprofundar as questões sobre o território autoconstruído seja mais do que urgente, por outro, não vemos como possibilidade de “resolver” no sentido de enquadrá-lo na legislação que está aí. Maricato diz da necessidade da “formação do pensamento crítico sobre a cidade periférica” que é em síntese *“o desenvolvimento de uma nova leitura do espaço urbano que contribui para uma nova formulação teórica sobre a metrópole na periferia do capitalismo (...) o território da pobreza não se refere a uma minoria excluída ou marginal, mas em algumas cidades (como, por exemplo, Belém, São Luiz, Fortaleza, Recife, Salvador) compreende a maioria da população.* (MARICATO, 2011, p.103). A construção de um pensamento crítico pelo saber das pessoas, talvez possa contribuir para essa “nova formulação teórica”, que reclama Maricato.

O estudo de Angela Gordilho-Souza (2008) revela a realidade da cidade de Salvador e o quanto ela é “informal”, para tanto afirma: *“A questão da informalidade na ocupação urbana é entendida como a conformação de áreas fora dos padrões formais previstos para parcelamentos habitacionais e, portanto, à revelia dos códigos e normas urbanísticas estabelecidas”*(GORDILHO-SOUZA, 2008, p.17). Segundo a autora, a complexidade da questão habitacional na cidade atual *“(...) leva à necessidade de revisar, conceitualmente, o desafio de como intervir. Que parâmetros urbanísticos são próprios para acionar condições de mudanças qualitativas nessas áreas?”*, e afirma ainda que os moradores desses territórios *“(...) vão construindo conteúdos e referências socioespaciais próprios, que personalizam e dão potencialidade de mudança a essas áreas em sua inserção urbana”* (GORDILHO-SOUZA, 2008, p.422). Neste sentido, esta potência pode estar no saber fazer dos moradores como dispositivo para se chegar a esses outros parâmetros. Destaco que os parâmetros que constroem a habitabilidade têm como referência “uma” realidade econômica e urbanística diversa da dos territórios autoconstruídos. As normas e os índices são construídos a partir de condicionantes “ideais”. A questão não é deixar de aplicar os parâmetros de habitabilidade, mas sim investigar esses outros condicionantes que promovem a autoconstrução e a partir destes pensar esses outros parâmetros.

Se são outros os modos de construir nos territórios autoconstruídos pode-se verificar que os modos de acessar este solo para ocupação também é outro, isto é, diverso da lógica do mercado formal, é isso que afirma o economista Pedro Abramo (2011). Para ele existem três lógicas de acesso ao solo urbano: pelo Estado, pelo Mercado e pela necessidade e afirma que em uma parte importante dos países da América Latina, Ásia e África, a população não

“tem acesso à lógica do Estado e nem do mercado para ter acesso ao solo. (...) Essa ausência dos capitais para entrarem na lógica do Estado e do mercado faz com que produzam uma outra lógica que é a da necessidade(...)(ABRAMO, 2011, p.2). As constatações de Abramo são frutos de pesquisas realizadas em 2002, 2006 e 2009 em algumas metrópoles brasileiras, como: Porto Alegre, Salvador, Florianópolis, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Belém, Brasília, e cinco metrópoles latino-americanas: Bogotá, Caracas, Lima, Montevideu, Buenos Aires. Para ele, o que temos nas favelas é completamente diferente do mercado formal, são de naturezas diferentes, “as regras e normas de funcionamento destes mercados são diferentes (...) No caso do mercado informal as instituições são outras, as regras e normas de funcionamento tem como princípio relações de confiança e lealdade (...).(ABRAMO, 2011, p.5)

No amplo estudo de Lícia do Prado Valladares (1982) sobre a habitação no Brasil, já naquela época a autora constatava que apesar de serem inúmeros os trabalhos que tratam da favela, *“poucos são os que abordam a temática sob o ângulo especificamente habitacional, sendo raros aqueles que se detêm sobre a descrição da moradia, seu processo de construção, o uso do seu espaço interno e imediato, etc.”* (VALLADARES, 1982,p.28). Em outro estudo mais recente, sobre as favelas do Rio de Janeiro, Valladares (2004) lança a seguinte pergunta: *“Será que ainda tem sentido manter o mesmo discurso que faz da favela o próprio símbolo da segregação espacial, o território por excelência da pobreza e da cultura popular, como se ela fosse um enclave urbano, excluído dos processos econômicos gerais(...)”* (VALLADARES, 2004, p.124). Essa pergunta leva a autora a verificar alguns pressupostos que permeia a extensa produção científica sobre a favela: primeiro, a compreensão da favela pela sua especificidade, por sua história, seu crescimento diferente dos demais bairros. A favela tem sido considerada desde sempre, como um espaço absolutamente específico e singular, *“seja na visão de geógrafos se ressaltam a “ maneira peculiar como ela ocupa o espaço urbano, fora da regularidades e das regras urbanísticas (...),”* seja por arquitetos que *“valorizam as diferenças engendradas por um habitat, um urbanismo e uma estética pouco comuns, à parte de todos os padrões da racionalidade arquitetônica”* (VALLADARES, 2004, p.125). Considerar a favela como *locus* da pobreza, o território urbano dos pobres é também um pressuposto, que segundo a autora é *“uma outra ideia amplamente compartilhada”*. Por outro lado Valladares vai ver as favelas *“como realidade plural”,* e diz que, reduzir as favelas a espaços de pobreza nos parece equivocado. Evocar a favela como uma outra metade da cidade, a cidade informal, encravada na cidade formal, *“é aceitar uma visão dualista e desconhecer a interdependência, a indissociabilidade, as dinâmicas de transformação e a complexidade dos elementos estruturadores da cidade”* (VALLADARES, 2004, p. 132).

Neste sentido o estudo de Paola Berenstein Jacques (2001) a meu ver avança, pois vê os territórios autoconstruídos com um “outro” olhar, e não como problema da precariedade, da pobreza. Ela constata que apesar de inúmeros trabalhos realizados sobre favelas, *“a questão arquitetônica, espacial e estética sempre foi muito negligenciada pelos pesquisadores(...)* deparamo-nos em campo, com um universo espaço-temporal completamente diferente daquele que estamos habituados.” (JACQUES, 2001, p. 11) E, ao abordar a favela pela ideia de espaço-movimento vai dizer que esse, o espaço-movimento é diretamente ligado *“a seus atores (sujeitos da ação) que são tantos aqueles que percorrem esses espaços quanto aqueles que os constroem (...) os dois atores podem estar reunidos em um só: o morador, que geralmente é construtor do seu próprio espaço”* (JACQUES, 2001, p. 149).

O SABER DAS PESSOAS: O HOMEM ORDINÁRIO E AS ARTES DO FAZER

O que me parece importante aqui é entender que os saberes são produzidos dentro de contextos políticos econômicos sociais, enfim, culturais, e estes saberes trazem em si poderes, respondendo aos processos que o formaram e os disputam. Para Michel Foucault

(2010) o *saber das pessoas* sempre esteve ali, no entanto, é somente através da crítica do *saber disciplinar*, o *saber técnico-científico* que esses poderão reaparecer, encontrar espaço nos estudos, pois por muito tempo foram desqualificados no contexto técnico-científico.

Este *saber das pessoas* identifica o saber do “homem ordinário” que está na cena contemporânea da cultura “popular”, e também nos processos de “*apropriação desigual dos bens econômicos e culturais*” que acontece nas cidades brasileiras - nas cidades do capitalismo periférico. Para Michel de Certeau (2013) a cultura popular se formula essencialmente em “artes de fazer”, isto é, em consumos combinatórios e utilitários. Essas práticas colocam em jogo, um *ratio* popular, uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma “arte de utilizar” (CERTEAU, 2013, p.43). É neste contexto da cultura popular (cultura urbana!) e das “artes do fazer” que o autor encontra espaço para os saberes do seu “homem ordinário”. As artes do fazer poderiam estar nas “práticas de cozinhar, de andar, nas práticas urbanísticas”, e por que não dizer, nas práticas do construir. Ao escolher o homem ordinário como principal ator de seu estudo, Michel de Certeau ressalta que esse “herói anônimo” sempre existiu, mas só depois de muito tempo ocupou a cena científica das ciências sociais (sociologia e antropologia), pois os escritos abandonaram os donos de nomes próprios, os senhores, para “*fixar-se enfim na multidão do público*”. Passa-se, então, a privilegiar os estudos do cotidiano e do anonimato, e não do extraordinário e do autoral.

Para o autor, o homem ordinário é além de “consumidor”, este homem que usa e fabrica algo a partir dos produtos que lhe são impostos. Ele afirma que o “homem ordinário” não produz produtos próprios, mas os rearranja com uma poética, uma criação, um inventar, e com isso “fabrica” algo, e esta fabricação seria a partir do vocabulário disseminado pelo saber técnico-científico. A potência do homem ordinário se daria aí, nesta possibilidade de fabricação, mesmo que o “vocabulário e a sintaxe” não sejam dele (CERTEAU, 2013, p.39). Segundo Certeau, na vida cotidiana há a possibilidade de se investigar as mil maneiras de fazer através das práticas, e se pergunta se há “uma lógica dessas práticas”. Para ele, esta lógica vai se realizar através da “ação” e, inspirado na arte da guerra, propõe dois enunciados que vão explicar essas maneiras de fazer: as “táticas e as estratégias”. O contraponto dos enunciados vai ser a construção do *lugar*: o do *outro* – o saber das pessoas- e o do *próprio*- o *saber disciplinar*.

As táticas vão caracterizar as maneiras de fazer do homem ordinário que é definida como sendo a arte do fraco, “*sem lugar próprio, sem visão globalizante, cega e perspicaz como se fica no corpo a corpo sem distância, comandada pelos acasos do tempo*”, mas luta, age frente às situações num tempo próprio, imediato, onde não há memória, não há registros, é a arte de lutar, desvios para o que lhe é imposto. As “ocasiões” aproveitadas podem acontecer no “*habitar, no circular, no falar, no ler*”, todas elas como forma do homem ordinário buscar seu espaço dentro da “ordem” estabelecida pelo “forte”. Assim, ele chama de *tática* “*a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro(...)*”. Ela opera golpe por golpe. Lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas (CERTEAU, 2013, p.97).

Neste mesmo “campo de guerra” têm-se as *estratégias*, *ações* dos saberes disciplinares, dos gestores e dos arquitetos urbanistas. A estratégia como *ação* do hegemônico já tem seu lugar, e é um lugar de poder, teórico e físico. É um poder saber que se coloca sempre como dominação, totalizador e de busca do controle da vida cotidiana. Ao elaborar lugares teóricos, este pouco considera o homem ordinário e seus saberes, ou se o considera, os quer dominar com suas normas e ordens impostas nos lugares físicos. O que me parece necessário é atualizar esse lugar *próprio* das estratégias no sentido de se aproximar do

entendimento das *táticas*. Pois se são opostos, ou se complementam, atuam na mesma cidade, nos territórios autoconstruídos.

HABITABILIDADE

O conceito de habitabilidade tem diversos sentidos, do sujeito à materialidade. A habitação, o habitar e a habitabilidade estão intrinsecamente ligados. A palavra habitabilidade vem de *habere* que significa “ter e do ter-se no mundo, de tomar posse dele e de si: uma das formas do ser humano constituir sua posse de si e do mundo é edificando o seu *habitat*, no qual define e funda seus hábitos, sua habitualidade, e dá-lhes lugar, ou seja, cria uma “morada”, abriga os seus costumes” (BRANDÃO, 2005, p.1). Posso morar num casebre e construir minhas referências. Habitar no sentido amplo, casa, lugar. Eu habito minha casa? Eu habito minha cidade? Significa viver o meu trabalho, o percurso do trabalho até a minha casa, a minha escola, ter e ter-se num território que abarque os condicionantes que me faz sentir bem. Para Carlos L. Brandão (2005) “*A habitabilidade e o bem estar são atributos do sujeito e do objeto e surge no encontro vivido do habitante e da habitação, um encontro que não é mera contemplação*”, mas também envolve “*uso, o atendimento de algumas necessidades e desejos por parte do espaço projetado e construído e um tempo em que se constituiu a familiaridade do espaço com aquele que o habita*”. (BRANDÃO, 2005, p.1) Os conceitos de habitabilidade são amplos, não se refere apenas a habitação em si: seu conforto térmico com boa ventilação, bom iluminação, sem umidade, resultando quantitativamente o grau de habitabilidade, mas também se refere ao urbano, as condições que estão no entorno desta habitação e os possíveis e, necessários, “elos” que podem acontecer. Temos então o conceito de “habitabilidade urbana”. Este conceito também corrobora com a afirmação de habitabilidade como direito à cidade, e não só à habitação (CASTRO apud MARAMBAIA, 2009, p.7). A habitabilidade urbana está ligada mais diretamente ao saber disciplinar/técnico científico para se realizar. Já a habitabilidade na escala da habitação tem no saber das pessoas, pelo menos na moradia autoconstruída, um potencial de se concretizar. Evidentemente que essa habitação está inserida num lote, numa rua/ beco, um bairro/comunidade, e, portanto, isso influencia a sua habitabilidade.

OUTRAS MATERIALIDADES, OUTRAS HABITABILIDADES – ESTUDO DE CASOS

A partir da discussão conceitual realizada, considero que o saber do homem ordinário está na materialização das “táticas e desvios” que se revela na materialidade das habitações. Investigo quais são estas táticas, na descrição da materialidade a partir do registro fotográfico, dos cadastros e das entrevistas realizadas com os moradores, tanto em 2006 quanto em 2014. Para tanto, como dito anteriormente, atualizo o cadastro de duas habitações, resultante do processo de assistência técnica ocorrido em 2006, pela pesquisa-ação “*Arquitetura pública: construção de metodologia de projeto e de parâmetros de habitabilidade*” (PELA et al, 2006), realizada pela equipe do Escritório Público de Arquitetura e Engenharia (EPAE), da Universidade Salvador, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia / FAPESB. A pesquisa-ação, da qual participei, teve por objetivo prestar assistência técnica de arquitetura e engenharia às famílias dos territórios autoconstruídos de Recanto Feliz e Paraíso Azul I e II, remanescente das primeiras ocupações ocorridas no final da década de 1970, no bairro do Costa Azul, no litoral da cidade de Salvador (Fig.1) Ao mesmo tempo, como pesquisa tinha o objetivo de elaborar metodologia de projeto e “novos” parâmetros de habitabilidade.



Fig.1: Territórios autoconstruídos de Recanto Feliz , Paraiso Azul I e II no bairro Costa Azul, Salvador.
Fonte: Pela, 2007.

A pesquisa-ação aconteceu concomitantemente ao Programa Viver Melhor, uma ação do Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), que tinha como objetivo prover com novas habitações, melhorias habitacionais e infraestrutura e equipamentos os território autoconstruídos. Numa demanda inicial de 400 famílias cadastradas, foi um projeto-piloto com atendimento de 27 famílias, com a elaboração de projetos arquitetônicos de reforma e ampliação. A pesquisa foi interrompida devido a questões burocráticas, e o material produzido até então, não pode ser sistematizado, mas foi entregue ao Governo da Bahia os 27 anteprojetos desenvolvidos pelo EPAE. Pelo que foi informado, estes projetos nunca foram entregue às famílias, pois com a saída da equipe do EPAE da área a assistência técnica perdeu fôlego, apesar de ainda hoje haver ações do governo nos territórios. As duas moradias aqui atualizadas fazem parte deste processo.

A habitação de Miriam e José Eloi, em 2006, tinha dois andares e dividiam com os seus filhos e o irmão de Jose Eloi, configurando-se co-habitação. No térreo, os usos eram de sala, cozinha e banheiro, já no 1º pavimento, mais uma sala, dois quartos e um segundo banheiro, como pode ser visto no cadastro (Fig.2). A avaliação da habitabilidade no térreo da casa era ruim, pois com paredes laterais geminadas e do fundo limitando-se com a habitação vizinha, não havia possibilidade de ventilação e iluminação, somente pelas duas janelas da fachada frontal.

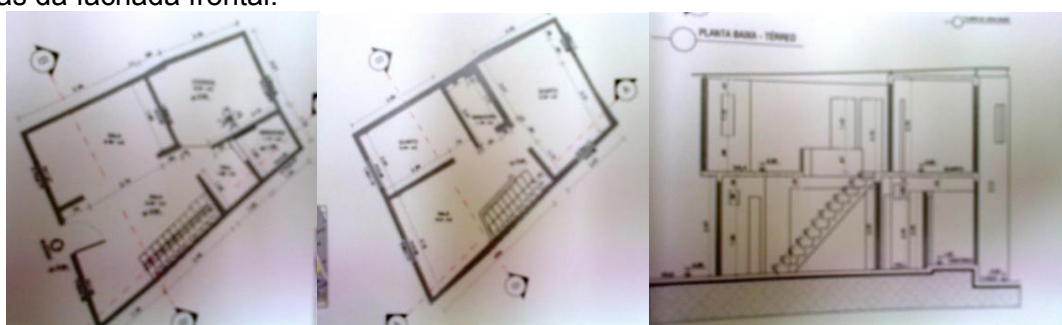


Fig.2: Cadastro da casa de Miriam e José Eloi, 2006 (plantas e corte).Fonte: Pela, 2007.

Já a avaliação da habitabilidade do primeiro pavimento feita por Miriam era de “confortável”, pois havia iluminação e ventilação em todos os quartos favorecendo a ventilação cruzada. O problema era a cobertura de fibrocimento que provocava desconforto térmico. Uma tática de espera para bater mais uma laje em algum momento. A atualização, em 2014, revela uma materialidade diversa: o térreo da habitação passou a ser uma unidade habitacional, para o irmão de José Eloi. Para tanto, a tática foi isolar a escada preexistente, possibilitando o acesso direto da “rua” para a segunda unidade. O hall de entrada com acesso à escada é “mínimo”, mas permite o uso como “salão de beleza”, pois Miriam trabalha ali mesmo, como

complementação da renda da família. Um desvio na apropriação do espaço, pois a legislação não permitiria o uso serviço numa área tão exígua como essa. (Fig. 3)



Fig.3: Hall de entrada, a 1ª escada, o quarto do filho e a 2ª escada, 2014.

A escada tem espelhos e pisos com medidas irregulares, mas permite a subida sem maiores problemas, ela é revestida de cerâmica com “paginação” de piso. No 1º pavimento a configuração espacial se mantém a mesma, a não ser pela mudança do uso da sala por quarto para o filho. A segunda escada tem as dimensões dos espelhos e pisos fora da norma, causando a sensação de se estar escalando - “o céu é o limite”. Essa ainda não tem revestimento de piso, ao contrário de todo o restante da habitação, revelando ações em etapas e prioridades das melhorias. O banheiro preexistente agora tem revestimento cerâmico nas paredes e piso, instalações hidráulicas e elétricas resolvidas, mas continua sem ventilação e iluminação direta. Tanto no 1º quanto no 2º pavimentos a solução para a ventilação é através do “desvio” utilizado nos territórios autoconstruídos, que é o de fazer aberturas para o terreno vizinho, pois ele ainda não construiu, não verticalizou. A sala e a cozinha ficam no 2º pavimento e são conjugados (Fig. 4).



Fig. 4: Vista do terraço, da cobertura e da sala conjugada com a cozinha, 2014.

O espaço é amplo, mas termicamente desconfortável devido à cobertura de fibrocimento, apesar da ventilação cruzada. Aqui se repete a tática da espera para uma possível melhoria, com a telha de fibrocimento. O pé direito de 2,40 metros colabora para o desconforto térmico. Um terraço agradável completa o espaço, com direito à vista para o mar. Nele está a reia de serviço, que ainda não tem as instalações hidráulicas definitivas, mas tem espaço suficiente para se tornar a “boa área de serviço”, como queria Miriam em 2009.

A habitação do casal Maria Gorete e André em 2006 tinha somente 19,50 m² de área construída, sendo a mesma área a do terreno, isto é, 100% de ocupação. Nesta área exígua

morava o casal e dois filhos. O espaço era dividido em sala, banheiro, cozinha e um quarto (Fig.5).

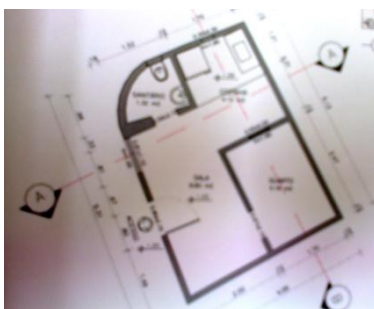


Fig. 5: Cadastro da casa de Maria Gorete e André, 2006 (planta).Fonte: PELA, 2007

As condições de habitabilidade eram ruins, não só pela falta de espaço para abrigar quatro pessoas, mas também pela falta de ventilação, iluminação e paredes úmidas, além da cobertura de fibrocimento. Na atualização em 2014, melhorias foram alcançadas com a construção de mais um pavimento (Fig.6). Agora a casa tem 39,00 m² (trinta e nove metros quadrados) de área construída. No térreo, tem-se a cozinha e o banheiro, espaços existentes em 2009, e a sala agora maior, já que o quarto passou para o pavimento superior. Houve melhoria na pintura da casa e em seu piso, agora de cerâmica. A escada foi construída perto da entrada principal facilitando o fluxo de subida. A escada acompanha o desenho da parede em curva, com degraus balanceados e revestidos de cerâmica (Fig.6). A escada se apresenta bem melhor em termos de “conforto” de subida em relação a Mirian e José Eloí. No 1º pavimento foram feitos mais dois quartos, o do casal, que tem janela para a “rua”, e o quarto da filha sem ventilação direta. No hall tem espaço para um sofá-cama, onde o filho dorme, e para uma segunda escada, permitindo futuramente acrescentar mais um pavimento, pois tem um “ pilar de espera”.



Fig.6: Vista da sala, da cozinha e da escada, 2014.

A moradora declara: *“O meu sonho é fazer mais um quarto para meu filho, e um terraço para secar as roupas, mas o pessoal da Conder disse para esperar a assistência técnica”*. E lá se vão oito anos, desde a primeira iniciativa de assistência técnica.

Como resultados a partir dos dois estudos de caso aqui apresentados, pode-se afirmar que a “precariedade” encontrada em 2006 era uma, e passados oito anos é outra, houve uma melhoria da habitabilidade. A “área por pessoa” que é tem como mínimo pela legislação era de 13,2 m² (treze metros e vinte centímetros quadrados) na casa de Miriam, em 2006, com co-habitação; em 2014, chega a mais de 16,00 m² (dezesesseis metros quadrados) por pessoa. Já, a de Gorete, saiu de 4,9 m² (quatro metros e noventa centímetros quadrados) por pessoa para 9,75 m² (nove metros e setenta e cinco centímetros quadrados) por pessoa. Há efetivamente uma melhoria deste parâmetro. As ações táticas foram as mesmas

frente ao mesmo problema da falta de espaço, a ampliação através de mais um pavimento. Já a escada é elaborada com diferentes desenhos, mas necessita de desvios para se realizar na moradia autoconstruída. Ela passa ser um elemento arquitetônico importante nas arquiteturas destes territórios, pois ele possibilita o aumento de área via adensamento vertical.

CONSIDERAÇÕES

A contribuição aqui posta é de se investigar, pelo saber do homem ordinário, as habitações autoconstruídas. Ter uma atualização do saber disciplinar do arquiteto por processos de extensão e de assistência técnica é importante. Para tanto, tais experiências tornam-se fundamentais, pois elas que professores e alunos tenham contato com o saber das pessoas.

É interessante notar que, mesmo reconhecendo a necessidade da investigação dos “outros modos de construir”, alguns autores revelam o lugar próprio do saber hegemônico do arquiteto urbanista ou pesquisador, ao sugerir que esta investigação seja uma *estratégia* de controle sobre estes territórios, através das “novas” normas urbanísticas. A *estratégia* como ação do saber hegemônico, é um poder saber que se coloca sempre como dominação, totalizador e de controle da vida cotidiana. Resta saber se é possível esse almejado controle por parte dos órgãos e gestores, pois o que se revela é uma potência desses saber fazer e pela dimensão que estes territórios tomam nas cidades brasileiras.

Que outra habitabilidade acontece nos territórios autoconstruídos? Pelo que ficou demonstrado, mesmo considerando o estudo ser somente em duas habitações e localizadas em somente um território, é que o homem ordinário precisou de um *outro* tempo, de oito anos, para chegar a uma melhoria da habitabilidade, que a princípio ainda não é a desejada por ele. Um *outro* tempo que faz contraponto ao tempo *próprio* de projeto e obra regido pelo saber disciplinar do arquiteto. Este tempo que denomino de “longo, aberto” parece insinuar uma “outra ordem” de materialização da moradia, como dizia Carlos Nelson. Qual a possibilidade de um arquiteto urbanista acompanhar essa temporalidade? É um limite.

Outra questão é que parece haver uma tensão entre os limites do saber disciplinar do arquiteto e os limites do saber das pessoas, nos processos de assistência técnica para melhorias habitacionais quando da intervenção nestes territórios. A pesquisa de doutorado tem buscado revelar esse *outro* saber, suas táticas e desvios, e verificar quais são os limites desses saberes para concretizar a habitabilidade nestas habitações, seja a posta pelas normas seja uma *outra* “desejada, sonhada” pelo homem ordinário. Daí vem uma segunda questão: Quais os limites que permeiam os territórios autoconstruídos, a autoconstrução? Ela, a autoconstrução, nos dois casos, ainda está “aberta”. Será que “o céu é o limite”?

BIBLIOGRAFIA

- Abramo, Pedro. (2011) “Mercados Imobiliários Urbanos”. Instituto dos Arquitetos do Brasil/ IAB/ RJ. Convênio Morar Carioca. 16/06/2011.
- Brandão, Carlos Antônio Leite. *Habitabilidade e Bem Estar*. Disponível em: <http://www.arquitetura.ufmg.br/ia/artigoCB.htm>. Acesso: 04/04/2012.
- Certeau, M. (2013) *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. 20ª. ed. Petrópolis/RJ: Vozes.
- Davis, M.(2006) *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo.
- Foucault, M.(2010) Genealogia e poder In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 28ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, pp. 167-177.
- Gordilho-Souza, A. (2008) Limites do Habitar; segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. 2ª. Ed.Salvador.
- Jacques, P.B. (2001) *Estética da ginga: arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra.
- Magalhães, A. F. (2013). O direito da favela. Rio de Janeiro: letra capital.

Maricato, e. (2011) formação e impasse no pensamento crítico sobre a cidade periférica. In: MARICATO, E. *O Impasse da política urbana no Brasil*. Ed. Vozes. Petrópolis, 2011.

Pela, I.M.; Nunes, D. (2007) *Relatório Técnico Final do Projeto de pesquisa Arquitetura pública: construção de metodologia de projeto e de parâmetros de habitabilidade*. Salvador: FAPESB/SEDUR. Salvador: EPAE.A/ UNIFACS.(mimeo)

Pela, I.M.;Espírito Santo, T.; Araujo, L. (2006) *Arquitetura Pública: a experiência do EPAE Avançado no bairro Costa Azul – Salvador/BA*. Florianópolis: Seminário XXIV ENSEA. (mimeo)

Rolnik, R. (1997) *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel/ FAPESP.

Santos, C.N.F. dos.(1982) *Habitação – o que é mesmo que pode fazer quem sabe?* In: Valladares, L. P. (1982) *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/ Zahar Editores, pp. 79-107.

Valladares, L.P. (2004) *Favela.com*. In: A. Fernandes e A. Gordilho-Souza (orgs.). *Habitação no Brasil: reflexões, avaliações e propostas*. (pp.121-136). Salvador: FAUFBA/ PPGAU.

Valladares, L.P.(1982) *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/ Zahar Editores.